

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que os editores da Revista Pegada trazem ao público o segundo número deste ano. E, como parte dos esforços despendidos no intuito de aprimorar nossa publicação – o único periódico especializado em Geografia do Trabalho no mundo! – e torná-la mais difundida e internacionalizada, a presente edição conta com dois artigos de autores estrangeiros de peso.

No primeiro artigo, Andrew Herod, professor do Departamento de Geografia da University of Georgia (EUA), apresenta os trabalhadores como atores geográficos capazes de intervir, com suas lutas, na produção da estrutura geográfica do capitalismo, ao mesmo tempo em que têm suas possibilidades de ação condicionadas por essa mesma estrutura. À guisa de conclusão, o autor adverte que mesmo quando os trabalhadores não estão conscientes deste fato, suas ações (ou inações) têm impactos sobre a evolução do espaço geográfico. Tal reconhecimento fornece informações teóricas importantes para explicar como e por que os trabalhadores e os capitalistas atuam da maneira como atuam.

Violeta Núñez, Luciano Concheiro e Patricia Couturier, vinculados ao Departamento de Produção Econômica da Universidad Autónoma Metropolitana (México), subscrevem o segundo artigo, intitulado “Autonomías a la mexicana. Entre la lucha campesina-indígena por la tierra, la praxis autonómica y los proyectos territoriales del ‘buen vivir’ en Chiapas”. O texto apresenta elementos para a discussão da autonomia como experiência de organização dos povos mexicanos, reconhecendo como um fato fundamental da práxis histórica o manifesto do Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN e a "Primeira Declaração da Selva Lacandona", a qual tem como antecedentes as propostas de construção de territórios autônomos pelos próprios indígenas e camponeses, baseados na memória de seus povos e líderes, além da própria Constituição Mexicana e dos tratados da OIT.

Na sequência, Rodolfo de Souza Lima brinda-nos com uma interessante análise da contrarreforma agrária de mercado (CRAM) no Brasil, tal como proposta pelo Banco Mundial no contexto mais amplo da crise estrutural do capital. Empreendendo cuidadosa análise da implantação desta política de cunho ideo-político e do tratamento a ela despendido pelos últimos quatro governos (1995-2017), o autor argumenta que, sob a égide do neoliberalismo, a CRAM cumpre o papel de esvaziar o conteúdo político,

potencialmente democrático, revolucionário e emancipatório da luta pela reforma agrária e reduzi-la a uma mera questão de mercado, blindando qualquer ameaça à ordem sociometabólica vigente.

No artigo subsequente, Aurelane Alves Santana e Marco Antonio Mitidiero Junior abordam as relações e condições de trabalho nos cafezais do Planalto da Conquista (BA), revelando a existência e reprodução de situações de trabalho análogo à escravidão, em pleno século XXI. Longe de entenderem a prática da escravidão contemporânea como residual ou extemporânea, a análise acurada dos autores leva em consideração o contexto da reestruturação produtiva do capital e do correspondente processo de precarização do trabalho em curso, alertando para as recentes tentativas da Bancada Ruralista e das empreiteiras em alterar o conceito de trabalho escravo vigente no Código Penal desde 2003.

A produção do espaço regional amazônico no contexto da internacionalização do capital é o tema do quinto artigo, assinado por Karina Furini da Ponte, cujo objetivo principal é refletir sobre o processo de organização da região amazônica orientada pelo capital internacional e pelo Estado, esmiuçando as contradições presentes na perspectiva do desenvolvimento sustentável que ganhou força nas últimas décadas. A autora destaca que a readequação da região amazônica à economia internacional conduziu à perda de autonomia e território(s) por parte dos sujeitos da floresta, os quais foram forçados a lutar e resistir para se (re)criar.

Henrique Faria dos Santos avalia a expansão do agronegócio canavieiro no município de Uberaba (MG) e as implicações socioambientais dela decorrentes. O autor evidencia a permanência de problemas historicamente ligados ao setor canavieiro, bem como o severo impacto do avanço da monocultura da cana-de-açúcar sobre a dinâmica produtiva e a qualidade de vida das populações rurais da região.

Finalmente, dois textos sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) fecham o presente número. Fernando Veloso trata da importância do programa para as famílias e entidades beneficiárias na região da Nova Alta Paulista (SP). Amparado por rica literatura, dados secundários e entrevistas com representantes de entidades e famílias beneficiárias, o autor demonstra que, a despeito dos avanços sociais obtidos por meio do programa, os cortes orçamentários do PAA, ocorridos desde o ano de 2015 e engendrados

pelo Governo Federal, têm afetado negativamente agricultores familiares, entidades e famílias beneficiárias, num cenário de incerteza quanto à sua continuidade.

No último artigo, Sidney Cássio Todescato Leal e Antonio Thomaz Junior abordam as prerrogativas e ações que envolveram o PAA em sua relação com a classe trabalhadora, entendida, de um lado, como produtores de alimentos no campo e, de outro, como os trabalhadores pobres que consomem esses alimentos nas periferias urbanas, num contexto de fragilização e desmonte das políticas sociais, incluindo-se o próprio programa analisado, por parte do governo ilegítimo de Michel Temer.

Em nome da Comissão Editorial da Revista Pegada, desejo uma excelente leitura a todos e todas, aproveitando para estender o convite para a submissão de contribuições.

Guilherme Marini Perpetua